

# A prática como componente curricular na licenciatura em matemática: O que é?

---

LUCAS DIEGO ANTUNES BARBOSA<sup>1</sup>

BARBARA LUTAIF BIANCHINI<sup>2</sup>

## Resumo

*O objetivo deste artigo é investigar o que é a Prática como Componente Curricular (PCC) conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para Educação Básica, em nível superior por meio de análise documental, segundo Bardin. Na discussão a respeito da PCC utilizamos as contribuições de Gatti, Real e Diniz-Pereira. Esta análise aponta que a Prática como Componente Curricular é mais ampla do que o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino. Percebemos ainda, por meio dos Pareceres o quanto a PCC provoca diferentes interpretações, o que nos sugere a realização de mais pesquisas que discutam esse tema. Este trabalho faz parte de uma tese de doutoramento em andamento do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da PUC-SP que pretende contribuir para a formação inicial de professores de Matemática.*

**Palavras-chave:** Prática como Componente Curricular; Licenciatura em Matemática; Formação Inicial.

## Abstract

*The objective of this article is to investigate what is the Practice as a Curricular Component (PCC) according to the National Curricular Guidelines for the training of teachers for Basic Education, at higher level through documentary analysis, according to Bardin. In the discussion about the PCC we use the contributions of Gatti, Real and Diniz-Pereira. This analysis points out that the Practice as a Curricular Component is broader than the Supervised Internship and Teaching Practice. We still perceive, through the Opinions, how much the PCC causes different interpretations, which suggests to us the accomplishment of more researches that discuss this subject. This work is part of an ongoing doctoral thesis of the Program of Postgraduate Studies in Mathematics Education of PUC-SP that intends to contribute to the initial formation of Mathematics teachers.*

**Keywords:** Practice as a Curricular Component; Degree in Mathematics; Initial formation.

## Introdução

Este artigo está inserido no âmbito das pesquisas a respeito da formação de professores que ensinam Matemática. O objetivo é apresentar o que é a Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura em Matemática por meio de uma análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica em nível superior. Conforme Bardin (2004, p. 40) a análise documental é definida como “uma operação ou conjunto de operações visando

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática.

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática – barbaralb@gmail.com.

representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência.”

Discutir o que é a prática poderá nos guiar na tomada de decisão no que se refere à relação da teoria e prática nos cursos de Licenciatura em Matemática. Conforme Gatti (2010, p. 1373) “a questão das práticas exigidas pelas diretrizes curriculares desses cursos mostra-se problemática, pois ora se coloca que estão embutidas em diversas disciplinas, sem especificação clara, ora aparecem em separado, mas com ementas muito vagas.” Nesse sentido, Pereira e Nogueira (2015, p. 265) afirmam que “faz-se necessário caracterizar a Prática como Componente Curricular, visto que ela não se restringe apenas à discussão entre a teoria e a prática, visando à formação de professor, além de saber e de saber fazer, deve compreender o que faz.” Nessa direção, colocamos a seguinte questão norteadora: Qual o significado da Prática como Componente Curricular apontada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica em nível superior?

Inicialmente apresentamos um panorama dos cursos para formação de professor de Matemática conforme o Censo da Educação Superior de 2015<sup>3</sup> a fim de mostrarmos a totalidade de cursos em atividade. Posteriormente apresentamos o que as Resoluções e Pareceres do Ministério da Educação (MEC) apontam no que tange à Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura.

## **1 Licenciatura em Matemática**

Atualmente, conforme Censo da Educação Superior de 2015, existem 584 cursos presenciais para formação de professores de Matemática no Brasil, deste total, 69% estão distribuídos nas instituições públicas e 31% nas instituições de ensino superior (IES) privadas. Do total de cursos das instituições públicas, 33% estão vinculadas às instituições federais de ensino, que incluem as Universidades Federais e os Institutos Federais de Educação (IF). O Censo da Educação Superior de 2015 divulgou também o número de matrículas no curso de formação de professores de Matemática presenciais por organização acadêmica, conforme o Quadro 1.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-sinopse-sinopse>.

Organização acadêmica	Total	Pública	Privada
Universidades	37809	33004	4805
Centro Universitário	1486	65	1421
Faculdade	6926	2425	4501
IF	7949	7949	-
Total	54170	43443	10727

**Quadro 1 – Número de matrículas em cursos de formação de professores de Matemática**  
**Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2015**

Os dados apontam que aproximadamente 15% do total destas matrículas estão nos IF, e ainda, 33,5% das matrículas das instituições federais de ensino pertencem aos Institutos Federais de Educação e 66,5% nas Universidades Federais. As Universidades com a obrigatoriedade de oferecer cursos de formação superior, dentre outras responsabilidades, apoiados na pesquisa, ensino e extensão.

Os IF com a prerrogativa de ministrar cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, cursos em nível de educação superior em Tecnologia, Bacharelado, Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, têm destinando 20% das suas vagas para atender a essa demanda e ainda ministrar cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia (BRASIL, 2008).

Gatti e Nunes (2009) apontam um desafio a ser superado pelas Universidades no que se refere às Licenciaturas:

[...] a formação de professores é considerada atividade de menor categoria e quem a ela se dedica é pouco valorizado. Decorre daí uma ordem hierárquica na academia universitária, as atividades de pesquisa e de pós-graduação possuem reconhecimento e ênfase, a dedicação ao ensino e à formação de professores supõe perda de prestígio acadêmico (p. 112).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares para a formação de professor apontam que “a

atuação do físico, do historiador, do biólogo, por exemplo, que ganha importância, sendo que a atuação destes como ‘licenciados’ torna-se residual e é vista, dentro dos muros da Universidade, como ‘inferior’, em meio à complexidade dos conteúdos da ‘área’[...]” (BRASIL, 2001a, p. 16).

No decorrer dos anos, a formação de professores tem sofrido transformações no que tange às Legislações de Cursos de formação inicial. Esse fato não é diferente em relação às Licenciaturas, incluindo a Licenciatura em Matemática. Nos últimos anos vimos a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica, curso de Licenciatura, sendo que no ano de 2001, 2002 e 2015 tivemos a instauração de novas legislações para regulamentarem esses cursos.

As Resoluções CNE/CP<sup>4</sup> 1/2002, CNE/CP 2/2015 e o Parecer 09/2001 tiveram como objetivo instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica em nível superior, a Licenciatura Plena. Destacamos nesses documentos alguns pontos, como a carga horária do curso e a concepção de PCC. A carga horária do curso de Licenciatura, incluindo a Matemática, conforme as diretrizes, está organizada segundo o Quadro 2:

<b>Base Comum</b>	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais 2001 e 2002</b>	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais 2015</b>
Prática como Componente curricular, vivenciadas ao longo do curso	400 horas	400 horas
Estágio supervisionado a partir do início da segunda metade do curso	400 horas	400 horas
Conteúdo curriculares de natureza científico-cultural	1800 horas	2200 horas
Atividades acadêmico-científico-culturais	200 horas	200 horas
Total	2800 horas	3200 horas

**Quadro 2 – Carga horária do curso em Licenciatura em Matemática de 2001, 2002 e 2015**

**Fonte: dados da pesquisa**

A carga horária do curso de Licenciatura em Matemática expande em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 e 2015. Com a implantação destas Diretrizes Curriculares Nacionais aparecem dúvidas de algumas Instituições de Ensino Superior em relação à aplicabilidade deste documento, o que faz surgir alguns Pareceres. Em

<sup>4</sup> CNE/CP Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno

seguida, apresentamos alguns trechos que tentam sanar as dúvidas em relação à Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura.

## **2 Prática como Componente Curricular**

Um aspecto perpetuado nestes Pareceres é no que se refere à Prática como Componente Curricular, a partir dos quais buscamos definir o que é esta Prática. Com o Parecer de 09/2001 a carga horária de Prática de Ensino, até então assim denominada, passa a ser de 400 horas, em vez de 300 horas conforme eram previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob a justificativa de que as 300 horas não seriam suficientes para dar conta da relação teoria e prática. Nesse sentido, este documento apresenta uma concepção de prática mais como componente curricular que “implica vê-la como uma dimensão de conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.” (BRASIL, 2001a, p. 23). E ainda, aponta em que momento do currículo a Prática pode ser inserida:

A Prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restringe ao estágio, desarticulado do restante do curso. A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor. No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática (BRASIL, 2001a, p. 67).

Após a instauração das Diretrizes Nacionais de 2001, o Parecer 21/2001 esclarece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior, curso de Licenciatura plena e define que prática não é uma cópia da teoria e nem o reflexo dela. É o próprio modo como as coisas vão sendo feitas, cujo conteúdo é atravessado por uma teoria (BRASIL, 2001b).

[...] ela (Prática de Ensino) deve ser planejada quando da elaboração do Projeto Pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para formação da identidade do professor como educador (BRASIL, 2001b, p. 10).

O Parecer CNE/CP 28/2001 começa a diferenciar Prática de Ensino, o documento aponta que, “há de se distinguir, de um lado, a Prática como Componente Curricular e, de outro, a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado (conforme o Quadro 3). A primeira é mais abrangente: contempla os dispositivos legais e vai além deles.” (BRASIL, 2001c, p. 9). E ainda, o documento cita que “a Prática, como Componente Curricular, que terá necessariamente a marca dos Projetos Pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar [...]” (Ibidem, p. 9).

<b>Prática como Componente Curricular</b>	<b>Estágio Supervisionado</b>
Mínimo de 400 horas	Mínimo de 400 horas
Desde o início do curso	A partir da segunda metade do curso
“Ao longo de todo processo formativo”	Em um “tempo mais concentrado”
Em outros espaços (secretarias de educação, sindicatos, “agências educacionais não escolares”, comunidades)	Em escolas (mas não apenas em salas de aula)
Orientação/supervisão da instituição formadora	Em escolas (mas não apenas em salas de aula)
Orientação/supervisão articulada ao trabalho acadêmico	Orientação articulada à prática e ao trabalho acadêmico
Tempo de orientação/supervisão não definido	Tempo de supervisão: que não seja prolongado, mas seja denso e contínuo Tempo de orientação: não definido

**Quadro 3 – Prática como Componente Curricular *versus* Estágio Supervisionado**  
**Fonte: (Diniz-Pereira, 2011, p. 211)**

Na Licenciatura em Matemática, o Parecer CNE/CP 1302/2001 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática, bacharelado e licenciatura com carga horária estabelecida conforme o Parecer CNE/CP 9/2001. Neste documento são descritas as competências e habilidades de um educador matemático, apontando que o licenciado em Matemática deverá: elaborar propostas de ensino e de aprendizagem de Matemática para educação básica; analisar, selecionar e produzir materiais didáticos; analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica; desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos; perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão; contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica (BRASIL, 2001d).

Ainda, dentro das reformulações das legislações brasileiras em 2002, a Resolução CNE/CP n° 1 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de educação básica, em nível superior de curso de licenciatura, de graduação plena e a Resolução CNE/CP n°2 que institui a duração e a carga horária destes cursos, e a carga horária destinada à Prática passa a ser denominada de Prática como Componente Curricular. Colocando em seu artigo 13 que:

Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. A Prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema (BRASIL, 2002a, p. 6).

Nas Licenciaturas destinadas à formação de professores para educação básica o tempo dedicado às dimensões pedagógicas<sup>5</sup> não será inferior à quinta parte da carga horária total do curso, conforme entendimento do Parecer CNE/CES 213/2003. “No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.” (BRASIL, 2002a, p. 6).

Um esclarecimento sobre a PCC é observado no Parecer CNE/CES 15/2005, dentre outros assuntos, solicitado por uma instituição de ensino, tomando como base as Resoluções 1 e 2/2002, respondendo a seguinte questão: Qual a compreensão desse Conselho em relação à distinção entre Prática como Componente Curricular e Prática de Ensino? A resposta do Conselho Nacional se deu por meio da transcrição dos trechos da legislação, afirmando que:

[...] Prática como Componente Curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou o desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio de atividades, são colocados, em uso,

---

<sup>5</sup> É certo que estas disciplinas, de natureza pedagógica, contemplam em seu interior as atividades teóricas e práticas. A soma dessas atividades pedagógicas, teóricas e práticas, devem perfazer 560 horas. Por sua vez, tão somente a prática dessas disciplinas pedagógicas, como já dito, somadas as demais frações práticas existentes no curso, integram o total de 400 horas exigidas para atividades práticas (BRASIL, 2003).

âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas (BRASIL, 2005, p. 3).

Nessa direção, Real (2012, p. 59) aponta que a “Prática de Ensino e a Prática como Componente Curricular são aspectos distintos na constituição dos cursos que formam professores, ao mesmo tempo em que deveriam estar articuladas.”

Com a instauração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior em 2015, por meio da Resolução CNE/CP 2/2015 os cursos de Licenciatura passam a ter 3200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídas no mínimo em 8 semestres de curso, permanecendo a Prática como Componente Curricular com 400 horas, durante todo o curso.

Pelo que apontamos até aqui, e ainda, a partir dos dados que estamos coletando para a construção da tese, concordamos com Gatti (2013) que muitas disposições das diretrizes não são observadas nos currículos da Licenciatura, principalmente no que se refere à prática. Além disso, as Diretrizes Curriculares se mostram com uma maior ênfase nos conhecimentos disciplinares, deixando em alguns casos a formação de educadores de lado.

### **Considerações finais**

Neste artigo foi apresentando um panorama do que é a Prática como Componente Curricular no curso de Licenciatura em Matemática conforme os documentos do Ministério da Educação. Apontamos neste trabalho, de um ponto de vista documental, por meio dos Pareceres do MEC, que a carga horária de PCC deverá ser inserida em todo o processo formativo. Percebemos por meio dos Pareceres o quanto a PCC provoca diferentes interpretações, o que nos sugere a realização de mais pesquisas que discutam esse tema.

Nesse sentido, a tese de doutoramento a qual este artigo estará inserido poderá contribuir para a discussão da seguinte questão: qual a contribuição da carga horária Prática como Componente Curricular para a formação inicial de professores de

Matemática? Responder esta questão poderá auxiliar no aprimoramento da formação inicial.

## Agradecimentos

O primeiro autor agradece à CAPES pelo auxílio financeiro disponibilizado e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas pela liberação para capacitação.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**. 2001a. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 21/2001**. 2001b. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 28/2001**. 2001c. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 1302/2001**. 2001d. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2002**. 2002a. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2/2002**. 2002a. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 213/2003**. 2003. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 15/2005**. 2005. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 junho 2017.
- \_\_\_\_\_. Lei 11982, **Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso: 16 fevereiro 2017.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2/2015**. 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso: 15 junho 2017.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. A Prática como Componente Curricular na formação de professores. **Revista de Educação**, v. 36, n. 2, p. 203-218, 2011.
- GATTI, B.. A. Formação de professores do Brasil: características e problemas. In. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n.113. 2010, p. 1355-1379.
- \_\_\_\_\_. Professores para Educação Básica: as Licenciaturas. **Revista USP**, n.100, p. 33-46, 2013.
- GATTI; B. A., NUNES, M. M. R. A. **Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua**

**portuguesa, matemática e ciências biológicas.** São Paulo: FCC/DPE, 2009.

PEREIRA, P. S.; NOGUEIRA, K. F. P. Pesquisas que versam sobre a prática como componente curricular na Educação Matemática (2002-2012). In: LOPES, C. E.; TRALDI, A.; PEREIRA, A. C. (orgs.). **A formação do professor que ensina Matemática: Aprendizagem docente e políticas públicas.** Campinas: Mercado das Letras, 2015.

REAL, G. C. M. A Prática como Componente Curricular: o que isso significa na prática?. **Educação e Fronteiras On-Line**, v.2, n.5, p.48-62, 2012.